

Demonstrações financeiras

C6 Corretora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019

com relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

<i>Relatório da administração.....</i>	<i>3</i>
<i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....</i>	<i>3</i>
<i>Balancos patrimoniais.....</i>	<i>9</i>
<i>Demonstrações de resultado.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</i>	<i>12</i>
<i>Demonstrações dos fluxos de caixa.....</i>	<i>13</i>
<i>Notas explicativas às demonstrações financeiras.....</i>	<i>14</i>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

A C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“C6 CTVM”) é uma controlada direta do Banco C6 S.A. (“C6 Bank”). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas e pequenas e médias empresas**. Sem agências físicas, a instituição oferece produtos financeiros acessíveis para todos os perfis de clientes. O C6 Bank **não cobra taxas por produtos básicos**, como manutenção de conta corrente, pagamentos, saques e transferências, e aposta na criação contínua de serviços inovadores, como a Conta Global, a tag de pedágio- C6 Taggy e o Programa de Pontos Átomos.

Impacto social

A área de impacto social do C6 Bank incentiva a disseminação da educação financeira e tecnológica no Brasil. Ao longo de 2020, o banco organizou uma série de ações para estimular o desenvolvimento educacional no Brasil.

Educação

O C6 Bank entende que a educação financeira contribui para a autoconfiança das famílias para administrar seus recursos e acumular ativos, além de administrar melhor seus gastos com saúde e educação. Em 2019, o banco realizou oficinas de educação financeira em comunidades carentes de São Paulo, como Paraisópolis e Capão Redondo. Para estimular a produção de conteúdo jornalístico de excelência na área, o grupo C6 Bank lançou o site 6 Minutos, dedicado a notícias de economia, finanças e negócios, e anunciou o primeiro Prêmio C6 de Jornalismo, que premia artigos que incentivam a cidadania financeira no Brasil. O C6 Bank também contribui com o ensino de ciências, a fim de facilitar a disseminação de conceitos científicos entre os jovens estudantes. Com esse intuito, publicou o e-book gratuito “Um Mergulho na Tabela Periódica dos Elementos”, para professores da rede pública, para estimular a simplificação dos conceitos químicos em sala de aula. Outra iniciativa do C6 Bank, em educação tecnológica, é a parceria com o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) para disseminar a ferramenta App Inventor no Brasil, cujo objetivo é simplificar a criação de aplicativos em comunidades vulneráveis.

Sustentabilidade

O C6 Bank contribui para a redução do impacto ambiental da construção civil e incentiva soluções inovadoras para o meio ambiente. Em 2019, o banco recebeu a certificação LEED (*Leadership in Energy & Environmental Design*), categoria Ouro, que reconhece edificações sustentáveis no mundo. O selo, desenvolvido pelo *United States Green Building Council*, aponta boas práticas no uso de recursos naturais, como água e energia.

Apresentação das Demonstrações Financeiras Anuais

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações Individuais da C6 CTVM, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07, no 11.941/09 e no 12.973/14, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Acesse: www.C6Bank.com.br/Documentos/

Desempenho Financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a C6 CTVM possuía R\$ 30,7 milhões de Patrimônio Líquido, R\$ 45,1 milhões de ativos totais. O Prejuízo Líquido foi de R\$ 14,0 milhões, decorrentes de investimentos para evolução de sua estrutura operacional.

Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

AGRADECIMENTOS

A C6 CTVM agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2021).

C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		30.157	49.832
DISPONIBILIDADES	4	2.819	0
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	10.851	28.502
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		10.851	28.502
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		10.695	10.461
Vinculados à Prestação de Garantias	5	10.695	10.461
OUTROS CRÉDITOS		5.633	9.267
Negociação e Intermediação de Valores	6.1	5.633	7.517
Diversos	6.2	0	1.750
OUTROS VALORES E BENS		159	1.602
Despesas Antecipadas		159	1.602
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.898	2.545
OUTROS CRÉDITOS		13.430	1.886
Diversos	6.2	13.430	1.886
PERMANENTE		1.468	659
IMOBILIZADO DE USO		390	478
Imóveis de Uso		528	528
(Depreciações Acumuladas)		-138	-50
INTANGÍVEL		1.078	181
Ativos Intangíveis		1.201	201
(Amortização Acumulada)		-123	-20
TOTAL DO ATIVO		45.055	52.377
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		13.657	7.667
OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.657	7.667
Sociais e Estatutárias	7.1	7.100	4.105
Fiscais e Previdenciárias		0	414
Negociação e Intermediação de Valores	6.1	3.319	0
Diversas	7.2	3.238	3.148
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		674	0
OUTRAS OBRIGAÇÕES		674	0
Fiscais e Previdenciárias		674	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	30.724	44.710
Capital de Domiciliados no País		50.000	50.000
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-19.276	-5.290
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.055	52.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		611	2.260	4.066
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		201	916	1.895
Instrumentos Financeiros Derivativos		410	1.344	2.171
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		611	2.260	4.066
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		-5.343	-16.350	-8.779
Receitas de Prestação de Serviços	10	14.087	29.614	10.738
Despesas de Pessoal	12	-8.638	-27.787	-15.535
Outras Despesas Administrativas	11	-9.213	-14.963	-2.758
Despesas Tributárias		-1.372	-2.986	-1.224
Outras Receitas Operacionais		2	215	0
Outras Despesas Operacionais		-209	-443	0
RESULTADO OPERACIONAL		-4.732	-14.090	-4.713
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		-4.732	-14.090	-4.713
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	4.733	9.324	3.528
Ativo Fiscal Diferido		4.733	9.324	3.528
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		-7.099	-9.220	-4.105
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		-7.098	-13.986	-5.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019****(EM MILHARES DE REAIS)**

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido (prejuízo)	-7.098	-13.986	-5.290
Varição de outros resultados abrangentes	0	0	0
(=) Total do resultado abrangente	-7.098	-13.986	-5.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**EM 31 DE DEZEMBRO****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	Capital social	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.000	0	1.000
Aumento de capital	8	49.000	0	49.000
Prejuízo do exercício		0	-5.290	-5.290
Saldo em 31 de dezembro de 2019		50.000	-5.290	44.710
Prejuízo do exercício		0	-13.986	-13.986
Saldo em 31 de dezembro de 2020		50.000	-19.276	30.724
Saldos em 30 de junho de 2020		50.000	-12.178	37.822
Prejuízo do semestre		0	-7.098	-7.098
Saldos em 31 de dezembro de 2020		50.000	-19.276	30.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre/exercício		-7.098	-13.986	-5.290
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações		104	191	70
Ativo fiscal diferido	9	-4.733	-9.324	-3.528
Participação estatutária no resultado		7.099	9.220	4.105
Resultado ajustado		-4.628	-13.899	-4.643
Aumento de títulos e valores mobiliários		-57	-234	-10.461
Redução de outros créditos		1.846	1.414	-7.625
Redução de outros valores e bens		759	1.443	-1.602
Redução de outras obrigações		1.870	-2.556	3.562
Caixa usado nas atividades operacionais		-210	-13.832	-20.769
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução de ativo imobilizado		0	0	-528
Aumento de ativo intangível		0	-1.000	-201
Caixa usado nas atividades de investimento		0	-1.000	-729
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	8	0	0	49.000
Caixa proveniente das		0	0	49.000
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / semestre		13.880	28.502	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / semestre	4	13.670	13.670	28.502
Redução de caixa e equivalentes de caixa		-210	-14.832	27.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**1. A CORRETORA E SUAS OPERAÇÕES**

A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("C6 CTVM"), fundada em 21 de novembro de 2018, com sede localizada na Avenida Nove de Julho, 3186, no Estado de São Paulo, tem como objetivo principal operar títulos e valores mobiliários em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores.

Em 11 de fevereiro de 2019, o BACEN concedeu autorização para funcionamento dessa sociedade, data em que iniciou as suas atividades.

A C6 CTVM é controlada do Banco C6 S.A. o qual possui como acionista a Carbon Holding Financeira S.A., detendo 100% de seu capital total.

A C6 CTVM, em função da pandemia do COVID-19, revisitou suas relações com funcionários, prestadores de serviços e clientes, visando garantir a saúde e segurança, bem como manter a qualidade do serviço prestado. Cerca de 95% dos funcionários do C6 trabalharam em home office no período agudo de isolamento social, bem como 92% dos agentes de empresas terceiras trabalharam remotamente. Nas suas instalações físicas foram adotados protocolo de limpeza, comunicação sobre melhores práticas e os cuidados com distanciamento social. Para os clientes, o Banco anunciou ações como redução da taxa de parcelamento da fatura do cartão e taxas para operações de crédito.

O Comitê de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios do C6 atuou no monitoramento dos efeitos da propagação da pandemia e impactos nas operações. Adicionalmente, a C6 CTVM aumentou a frequência dos processos de apuração e análise de seus indicadores financeiros principalmente no primeiro semestre de 2020, em função da maior incerteza sobre efeitos financeiros sobre seus negócios neste período, mas devido ao estágio de suas operações, não identificou impactos relevantes em seus resultados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Financeiro.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Resolução BACEN nº 02/2020 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2021.

2.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real.

2.2. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o C6 CTVM não incorreu em resultados não recorrentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo C6 CTVM são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeira.

APURAÇÃO DO RESULTADO

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 CTVM, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Disponíveis para venda: Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtida por meio de cotação de mercado na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito)

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados novamente ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

ATIVO PERMANENTE

Intangível: Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do C6 CTVM ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Imobilizado de uso: Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável.

Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos.

DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – Demais instituições	9% - 15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para Bancos, 15% para financeiras e equiparadas e 9% para as demais empresas

não financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

As corretagens sobre as operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando existe um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró rata dia.

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

LUCRO POR AÇÃO

Calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	2.819	0
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.851	28.502
Total	13.670	28.502

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**CONCENTRAÇÃO POR TIPO, CLASSIFICAÇÃO E PRAZO DE VENCIMENTO****PARA NEGOCIAÇÃO**

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>
	<u>Custo</u>	<u>Mercado</u>	<u>de 3 a 5 anos</u>	<u>Mercado</u>
Vinculados à Prestação de Garantias	10.751	10.695	10.695	10.461
Títulos públicos federais	10.751	10.695	10.695	10.461
Total	10.751	10.695	10.695	10.461

6. OUTROS CRÉDITOS**6.1. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Caixas de registros e liquidação	0	0	5.288	0
Devedores / Credores - conta liquidações pendentes	0	3.319	2	0
Ativos dados em garantia para operações em bolsa	5.633	0	2.227	0
Total	5.633	3.319	7.517	0

6.2. DIVERSOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos tributários (nota 10)	12.852	3.528
Impostos e contribuições a compensar	578	108
Total	13.430	3.636

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES**7.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 7.100 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 4.105) refere-se à provisão de participação no resultado.

7.2. DIVERSAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para pagamentos a efetuar	927	606
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.175	2.542
Fornecedores	1.136	0
Total	3.238	3.148

8.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social é de R\$ 50.000 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 50.000) representado por 50.000.000 de quotas.

A C6 CTVM foi constituída em 21 de novembro de 2018 com capital social de R\$ 1.000, sendo emitidas 1.000.000 novas ações. Conforme 1º Instrumento Particular de Alteração Contratual de 01 de fevereiro de 2019, foi acertado o aumento de R\$ 49.000, sendo emitidas 49.000.000 novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2019. Nesta mesma data, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para funcionamento dessa sociedade.

RESERVAS DE LUCRO**RESERVA LEGAL**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

RESERVA ESTATUTÁRIA

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social.

DIVIDENDOS

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo líquido do exercício.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DE IRPJ E CSLL**

	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo	-23.310	-8.818
Resultado antes dos tributos e participações	-14.090	-4.713
Participações estatutária no lucro	-9.220	-4.105
Adições / (Exclusões) permanentes	2.995	4.105
Provisão para participação nos lucros	2.995	4.105
Adições / (Exclusões) temporárias	57	0
Marcação a mercado	57	0
Base de cálculo do IRPJ antes compensação de prejuízo	-20.258	-4.713
Prejuízo acumulado	-20.258	-4.713
Imposto de renda diferido	5.828	2.205
Contribuição social diferido	3.496	1.323

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Provisões Passivas	1.642	2.840	-1.642	2.840
Marcação a mercado	0	23	0	23
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.886	8.103	0	9.989
Total dos créditos tributários ativados	3.528	10.966	-1.642	12.852
Impostos de renda	2.205			8.033
Contribuição social	1.323			4.819

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	31/12/2020
Em 2021	5.802
Em 2022	3.812
Em 2023	3.238
Total de créditos tributários	12.852
Valor presente	12.194

11. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O saldo de R\$ 29.614 (2º semestre - R\$ 14.087 e 31 de dezembro de 2019 - R\$ 10.738) refere-se à corretagem em operações em bolsa.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	-3.205	-5.184	-1.577
Propaganda e publicidade	-12	-12	-21
Depreciações e amortizações (i)	-2.023	-2.936	-303
Serviços de terceiros e consultorias	-160	-621	-93
Serviços do sistema financeiro	-2.778	-4.531	-425
Outras despesas administrativas	-1.035	-1.679	-339
Total	-9.213	-14.963	-2.758

(i) Despesa de depreciações e amortizações incluem despesas advindas de ativos imobilizados e intangíveis próprias, bem como de despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado entre o C6 Bank e sua controladora indireta C6 Holding S.A., dedicada a condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas.

13. DESPESA DE PESSOAL

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Honorários	-690	-1.166	-366
Benefícios	-1.111	-3.097	-1.243
Encargos sociais	-1.660	-5.580	-3.138
Proventos	-5.177	-17.944	-10.788
Total	-8.638	-27.787	-15.535

14. PARTES RELACIONADAS

Operação / Partes relacionadas	31/12/2020	31/12/2019	2º semestre	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo / (Passivo)	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)	Receitas / (Despesas)	Receitas / (Despesas)
Banco C6 S.A.					
Disponibilidades	2.819	0	0	0	0
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.851	28.502	107	551	1.350
Corretagem de operação em bolsa	0	0	489	918	0
Negociação e intermediação de valores	0	165	0	0	0
Outras obrigações - diversas	-1.175	0	0	0	0
C6 Carbon Holding S.A.					
Outras obrigações - diversas	-189	-2.542	0	0	0

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total do pessoal-chave da administração no exercício de 2020 foi de R\$ 1.186 (2019 – R\$ 365).

15. GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições. A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação.

O Grupo C6 assume a gestão dos riscos inerentes às suas atividades de forma proativa, pois acredita que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle destes riscos.

A gestão de riscos é disseminada em todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas.

A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação.

A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Compõem a estrutura de governança de risco: (i) a Diretoria Executiva, responsável pela aprovação de políticas, estratégias e limites de risco, (ii) o Diretor de Administração de Riscos (CRO), responsável pelo desenvolvimento, operacionalização, monitoramento e aperfeiçoamento da estrutura de gerenciamento de riscos, (iii) o Comitê de Risco, que apoia a diretoria na gestão de risco propondo políticas, estratégias e limites de risco, (iv) o Comitê de Gestão de Crises, que apoia a Diretoria em matérias referentes às políticas, às práticas e às estratégias de gestão de crises e de eventos de interrupção de processos críticos do negócio, e (v) a Área de Administração de Riscos, que executa a atividade de gerenciamento de riscos.

A CTVM calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro que tem como instituição líder o Banco C6 S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.